

EDITORIAL

O número 76 da Revista da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul consolida o processo de reestruturação desta Revista, que, a partir do volume 36, tem nova identidade visual, novo formato de apresentação da sua edição eletrônica, e, especialmente, novas regras para a publicação de artigos. Desde o número anterior, assegura-se a revisão às cegas, como forma de garantir que os trabalhos publicados sejam artigos de reconhecida qualidade, resguardando a imparcialidade do revisor.

Os artigos selecionados estão perfeitamente adequados à linha editorial da Revista, “Direito Público e Advocacia de Estado”. O Prof. Dr. Carlos Eduardo Dieder Reverbel escreve artigo sobre *A Suprema Corte do Reino Unido: controle de constitucionalidade sem constituição escrita*, em que apresenta um modelo de controle de constitucionalidade extremamente inovador, levando à reflexão sobre as qualidades e deficiências do modelo brasileiro. O advogado Eduardo Winter apresenta artigo intitulado *Funções do Estado*, em que identifica seis funções do Estado (administrativa, jurisdicional, governamental, legislativa, moderadora e controladora), e defende que cada uma delas estará mais bem executada se atribuída a um poder estatal independente.

Enfocando aspectos processuais do Direito Público, o Professor e Procurador do Estado de Mato Grosso do Sul, Dr. Fábio Jun Capucho, aborda tema atualíssimo no artigo *Honorários Advocatícios nas Causas em que a Fazenda Pública for Parte: Sistemática do Novo Código de Processo Civil*, concluindo que o direito à percepção de honorários pelos advogados públicos reforça a identidade da categoria como parte efetiva da classe dos advogados. João Máximo Rodrigues Neto analisa os custos envolvidos em um processo judicial, em artigo intitulado *A Relevância dos Precedentes na Análise Econômica da Litigância - Um Estudo de Law and Finance*. No artigo *O Incidente de Desconsideração da Personalidade*

Jurídica Previsto nos arts. 133 a 137 do Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) e as Execuções Fiscais, o Procurador do Estado do Rio Grande do Sul Thiago Holanda González apresenta tema de extrema relevância para a atuação judicial dos advogados públicos.

Debruçando-se sobre o sistema de tributação sobre o consumo, a Juíza Federal Elisangêla Simon Caureo debate a relação entre a capacidade contributiva e o mínimo existencial, no artigo *Capacidade Contributiva, Tributação Indireta e Mínimo Existencial*. No artigo *Subsídio e Gratificações Incorporadas: Garantia Constitucional do Direito Adquirido*, o Procurador do Estado do Rio Grande do Sul Paulo Quaglia analisa a possibilidade de manutenção das gratificações de direção, chefia e assessoramento, regularmente já incorporadas. Por fim, a Procuradora do Estado do Rio Grande do Sul e Mestre em Direito Fernanda Figueira Tonetto estuda *O Sistema de Controle da Administração Pública e o Papel da Procuradoria do Estado sobre Atos de Improbidade Administrativa*.

Percebe-se, portanto, a qualidade e pertinência dos artigos selecionados com o eixo temático da Revista, e, especialmente, com a atividade-fim dos advogados públicos. Esperamos que a leitura da Revista da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul seja muito rica.

Melissa Guimarães Castello

Procuradora do Estado

Coordenadora da Procuradoria de Informação,

Documentação e Aperfeiçoamento Profissional – PIDAP.